



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Movimento social, identidade cultural, território e modernidade tardia: o estudo de caso do movimento por urbanização e legalização do pantanal da zona leste – SP			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Luciano da Silva Barboza	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional	IPPUR/UFRJ	Pesquisador
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O campo problemático deste trabalho diz respeito à construção da identidade no domínio da organização, da práxis e das práticas dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. A constituição e a consolidação de movimentos sociais têm por base a assunção coletiva de identidades fundadas em valores, territorializações e bandeiras de luta. Não obstante, rupturas dessas identidades acontecem por diversos motivos, dentre os quais se destacam ações desterritorializantes por parte do Estado. O objetivo principal é analisar o processo de construção do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) da Zona Leste de São Paulo, enfocando especialmente a constituição de uma identidade lastro do movimento e seu processo de fortalecimento/enfraquecimento frente às políticas públicas. A expectativa é que este trabalho possa gerar a produção de conhecimento temático específico sobre a identidade do MULP. Imagina-se ainda que o texto contribua com subsídios objetivos à compreensão dos processos de constituição das identidades no seio dos movimentos sociais contemporâneos, tema especialmente crucial à estruturação e à ação desses agentes coletivos. O campo temático em questão - Identidade e Movimento Social - tem por objeto singular a preocupação com os significados das identidades na constituição, nos fundamentos de valor e nas ações dos movimentos sociais. A abordagem desse tópico se justifica pela relevância dos movimentos sociais na sociedade brasileira contemporânea, o que os faz, em si, focos privilegiados de análise da dinâmica social no país.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Identidade; território; movimentos sociais; modernidade tardia			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

1. MOVIMENTO SOCIAL, IDENTIDADE CULTURAL E MODERNIDADE TARDIA

Entendemos, aqui, que um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Compartilhamos da definição de GOHN (2008) sobre os movimentos sociais:

[...] Um movimento social é sempre expressão de ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. [...] (GOHN, 2008, p.14).

Para a autora, os movimentos sociais são modelos de sociabilidade e sua análise implica compreender o sentido de suas práticas e seus projetos. Acreditamos que analisar essa nova sociabilidade dos movimentos sociais é fundamental para compreender as propostas de alternativas societárias em processo de gestação, e, de certa forma, em contraposição aos valores do capital impregnados nos processos de transformação pelo qual o mundo vem passando nesta etapa de globalização neoliberal.

O conceito de identidade cultural que utilizaremos será pautado nas formulações de ARAÚJO, NADER e OLIVEIRA (2001), que definem identidade como partilhas de valor nos domínios das esferas ético-política, estética e do saber, entendendo “partilha” (de valor) como um processo consciente e voluntário dos membros dos movimentos sociais.

Na investigação, tomamos, em termos gerais, o materialismo histórico como marco teórico. No âmbito dessa fundamentação geral, valer-nos-emos particularmente da concepção de sujeito histórico desenvolvida por THOMPSON (1981):

[...] a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor a cultura, aos valores e aos pensamentos: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. [...] (THOMPSON, 1981, p.112)

Este autor parte da consideração de que a visão estruturalista da leitura althusseriana do materialismo histórico elimina a agência humana da história, que assim, em termos práticos, torna-se uma história sem sujeito, onde a estrutura determina todas as condições humanas da sociedade, expulsando assim o processo de escolhas do homem na história.

Contrariamente, para THOMPSON (1981), a estrutura, embora delimite os planos da ação humana, não elimina a ação do homem que deve ser compreendida no processo histórico. Sua preocupação com análises mecanicistas e economicistas abrem perspectivas fundamentais para a necessidade de compreender a história como um processo de rupturas e continuidades, onde os homens aparecem como agentes históricos ativos que sempre fazem escolhas dentro de um campo determinado de possibilidades.

Seguindo a linha de fundamentação, no que se refere ao Estado, empregaremos a concepção de POULANTZAS (1978):

[...] Primeiramente Poulantzas argumenta que o papel dos aparelhos do Estado é "manter a unidade e a coesão de uma formação social, concentrando e sancionando a dominação de classes, e, assim, reproduzindo as relações sociais, isto é, as relações de classe". (1975, 24-251) Não é, pois, a hierarquia que cria as classes mas as classes sociais que produzem a configuração particular de poder no aparelho do Estado. Ao mesmo tempo, o aparelho do

Estado está inerentemente marcado pela luta de classes - a luta de classes e o aparelho do Estado não podem ser separados [...]. Poulantzas (1978 apud CARNOY, 1988).

Este sustenta sua análise basilar da autonomia relativa do Estado e das raízes do Estado nas relações de classe, abandonando a natureza determinista e estruturalista. Para o autor todas as instituições da sociedade, incluindo o Estado, são produtos da luta de classes, ou seja, o Estado nacional capitalista expressa em seu interior essa correlação de forças das classes sociais na própria luta de classes.

A ideia de Modernidade Tardia que adotamos refere-se às transformações recentes pelas quais vêm passando o mundo, ocorridas dos anos 1970 até o presente (2013), e que, mesmo reiterando formalmente certas tendências presentes e constitutivas da acumulação capitalista tipicamente moderna, o fazem de tal modo e em tal dimensão que apontam para novo estágio do paradigma.

As sociedades modernas são, no nosso entendimento, sociedades de mudança constante e rápida. A condição presente é fruto exatamente dos princípios modernos, não em sua totalidade programática, mas em sua capacidade de imposição histórica através das relações econômicas capitalistas. Compreendemos, portanto, Modernidade Tardia como processo de mudança conhecido como ‘globalização’ e seu impacto sobre a identidade cultural.

A noção de Modernidade Tardia não é uma noção paradigmática associada a uma época de mesma natureza que a noção de Modernidade. Isto porque no plano das relações sociais, permanecem vigentes as relações capitalistas, ainda que em modalidades transformadas e em mutação constante. Todavia, trata-se então de um momento da Modernidade marcado por determinada especificidade ou condição.

A radicalidade do exercício da liberdade da subjetividade pode ser considerada uma das marcas da Modernidade Tardia. O princípio da subjetividade tem se exercido sob condicionantes que reatam as possibilidades identitárias individuais e coletivas. Entendemos identidades coletivas tomando por base a interpretação de ARAUJO (2007):

[...] A concepção de identidade coletiva, assim, se especifica através de duas dimensões sociais que se sobrepõem: a de um self individual, societário por si, como visto, e a de um vínculo relacional entre indivíduos. Dimensões que, todavia, são entendidas como não separáveis e em profunda e necessária imbricação em seus processos constitutivos. [...] (ARAUJO, 2007. p. 23)

Pensando identidade ainda segundo ARAUJO (2007),

[...] Tomemos como referência reflexiva o processo que diz respeito ao auto reconhecimento identitário na dimensão relacional. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que esse auto reconhecimento, enquanto proclamação de partilhas (éticas, estéticas, gnosiológicas), diz respeito à concordância em termos de uma linguagem em comum. Essa linguagem é entendida como aquela que corresponde a um sujeito social objetivo e singular em sua ação no mundo. [...] (ARAUJO, 2007. p. 28)

Acreditamos que o Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) da Zona Leste de São Paulo, construiu uma identidade coletiva, que marca a identidade individual dos seus membros, através de um vínculo relacional entre indivíduos, baseado na partilha de valores éticos, estéticos e gnosiológicos, e essas dimensões não são excludentes e nem separáveis.

Nesse quadro da Modernidade Tardia, GOHN (2010) também vai refletir sobre as mudanças sobre a categoria “identidades coletivas”, mais precisamente sobre as diferenças de compreensão do significado de identidade entre os membros de um movimento social e os membros das redes de mobilizações estimuladas pelas atuais políticas de parcerias entre o Estado e a sociedade civil:

[...] Atualmente a identidade tem sido tratada, por analistas e pelos formuladores de políticas públicas, como uma ferramenta em construção. Não se trata da identidade construída na trajetória de um movimento, mas de uma identidade modelada, outorgada, na qual determinados sujeitos sócio-políticos e culturais são mobilizados para serem incluídos. [...] Acreditamos que um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica, outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos e pertencimentos. Um movimento social não assume ou veste uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. [...] (GOHN, 2010, p.31 e 32).

Conforme o quadro descrito, a identidade do MULP, enquanto partilha de valores, metas, estratégias foi definida de acordo com o posicionamento dos membros do movimento social, ou seja, a identidade do MULP foi construída na trajetória do movimento social a partir de suas necessidades, desejos e lutas. Estas características se afastam das políticas de identidade promovidas pelos governos neoliberais em parcerias com as ONGs, que criam uma identidade modelada, outorgada, na qual determinados sujeitos sócio-políticos e culturais são mobilizados para serem incluídos como descrito por GOHN (2010).

Inserido dentro de uma concepção mais ampla de movimentos sociais, influenciada pela interpretação do materialismo histórico, qualificaremos “movimento social” na Modernidade Tardia considerando três parâmetros: sua proposta para a transformação (projeto), a natureza de sua ação para a transformação e os princípios que orientam a proposta (ideologia). Esses três aspectos se explicitam na questão reivindicativa que é o cerne dos movimentos sociais.

No que diz respeito à literatura contemporânea, que leva em consideração a articulação identidade/movimentos sociais, parece-nos interessante destacar TOURAINE (1997), o qual vem concentrando seus esforços na tentativa de elaboração de teorias dos movimentos sociais, e é no quadro de suas formulações conceituais que a questão da identidade aparece como um elemento a ser considerado enquanto atributo característico dos movimentos sociais do presente. Esse autor se destaca pela vasta e sistemática produção nessa área, assim como pela centralidade assumida com o conceito de movimento social, e conseqüentemente pelo que aí se relaciona à “cultura” ou “identidade”.

A seguir, TOURAINE (1997) apresenta a utilidade da noção de movimentos sociais:

[...] A noção de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência de um tipo muito específico de ação coletiva, aquela pela qual uma categoria social, sempre particular, põe em questão uma forma de dominação social, por vez particular e geral, e invoca contra ela valores, orientações gerais da sociedade que comparte com seus adversários para privá-la de tal modo de legitimidade. A importância dos movimentos sociais obedece a seu lugar na vida social; não somente estão no centro ou no topo da sociedade: sua presença ou ausência determina quase todas as formas de ação social. [...] (TOURAINE, 1997, p.132)

TOURAINE (1997) destaca ainda que:

[...] todo movimento social tem duas vertentes: uma utópica, a outra ideológica. Quer mudar a vida, mas também quer transformar a sociedade. Longe de ser um personagem profético, um movimento social é um conjunto mutável de debates, tensões e desgarramentos internos. Vive entre a expressão da base e os projetos políticos dos dirigentes. [...] (TOURAINE, 1997, p.104).

Valendo-se de TOURAINE (1997), podemos comparar sua fala às relações no interior do MULP, pois a ação coletiva deste põe em questão uma forma de dominação social, invocando valores que colocam em questão a legitimidade das ações dos governos contra os moradores do Jardim

Pantanal. Além disso, o projeto do Mulp de transformar a sociedade está diretamente associado ao cerne do movimento, qual seja, a questão reivindicativa imediata relacionada à moradia, expressa como principal demanda da base.

Segundo Ronaldo Delfino de Sousa:

[...] O movimento procura apoiar programas e atividades que visem o desenvolvimento da comunidade tanto no âmbito individual como no coletivo. A proposta é construir caminhos para o desenvolvimento no campo social, cultural e político. Além disso, buscamos transformar e conscientizar homens e mulheres para a idéia de uma sociedade igualitária. [...] (SOUSA, 2011)

Para TOURAINE (1984), o que deve ser enfatizado é o elemento “político-cultural” presente na constituição desses movimentos, reconhecendo que as orientações culturais são indissociáveis dos conflitos sociais. Para o autor as condições de possibilidade do movimento social: “se define pela combinação de uma defesa de identidade, de uma consciência de conflito social e de um apelo ao controle coletivo de certas orientações culturais, de todos os grandes meios de produção da sociedade por si mesma” (TOURAINE 1984, p.121).

Há uma mudança por parte dos estudiosos das teorias que buscam explicar os movimentos sociais, mudança essa vinculada a uma maior sensibilidade analítica no que diz respeito aos fatores culturais, como a construção de identidades de sujeitos coletivos que expressam sua cultura através de costumes, crenças, valores, símbolos.

De acordo com CASTELLS (1999), pode-se depreender uma coincidência quase perfeita entre a problemática da identidade e a dos movimentos sociais. Sua obra, que tem o objetivo de delinear um amplo panorama dos movimentos sociais no mundo contemporâneo, não por acaso tem o título de “O Poder da Identidade”. A proposta de Castells, considerando a tipologia de identidades (identidades legitimadoras, identidades de resistência, identidades de projeto), é considerar a pluralidade de formas assumidas pelos movimentos sociais tendo como principal eixo analítico a identidade.

No presente trabalho, concebemos movimentos sociais como as organizações coletivas que atuam social e politicamente na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para a criação de uma sociedade modificada nesses termos. Estes grupos possuem um programa, objetivos ou plano comum, princípios valorativos ou ideologia, visando um fim específico que é a mudança social, que mobiliza as pessoas em torno de questões imediatas reivindicativas relacionadas à condição de explorados.

2. IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO E NA LUTA DO Mulp

O debate sobre o conceito de território na geografia é muito extenso e muito importante. Aqui, compreenderemos território a partir da definição de HAESBAERT (2007):

O autor acredita que as relações de poder (dentro de uma sociedade profundamente desigual e marcada por múltiplos processos de dominação) devem ser pensadas juntamente com o conceito de território como espaço geográfico de dimensão política, pois os territórios são objeto de intensas disputas entre aqueles que têm o poder de formular e mesmo fixar classificações.

Essa é a disputa entre o poder público e a sociedade civil pela classificação do território de moradia no Jardim Pantanal, território que possui esse nome porque foi atribuído pelos próprios moradores designando parte específica do bairro formalmente reconhecido pela prefeitura de São

Paulo como distrito Jardim Helena na Zona Leste de São Paulo. O Jardim Pantanal não é um território (ou bairro) dado, mas uma construção territorial do próprio movimento social, indissociavelmente vinculada à identidade que o fundamenta.

Evaniza Rodrigues, membro da União Nacional por Moradia Popular, afirmou em entrevista, sobre o processo de consolidação dos bairros na periferia, que:

[...] O que dá a cara da periferia é a organização do povo. Que bairro, qual bairro? Aquele bairro foi aquele que o pessoal no dia da ocupação queimou pneu na avenida Sapopeme, então todo mundo sabe que aquele bairro é aquela história; ou aonde teve ameaça de despejo, o pessoal se juntou e veio não sei quem ajudar, então cada pedaço dessa história que foi construída não pelo poder público que desenhou e falou aqui vai ser o bairro tal que vão morar tantas famílias ou construído pelo setor privado que não tem história nenhuma, os bairros da periferia vão sendo formados pelas lutas das pessoas e isso faz muita diferença, faz diferença porque vai consolidando bairros vão consolidando relações das pessoas, então periferia não é tudo a mesma coisa, eu acho que no mutirão a gente vai ajudando a fazer isto, esses bairros mais novos, esses lugares que vão sendo iniciados consigam mais rapidamente ter mais cara de cidade, ter mais cara de lugar onde as pessoas vivem e fazem algum tipo de história, fazem a sua história, acho que essa faz uma diferença grande.[...] (RODRIGUES, 2011)

As palavras acima de Evaniza Rodrigues expressam precisamente essa diferença do delimitar geograficamente feito pela prefeitura de São Paulo chamando de Jardim Helena e o viver dos moradores da periferia paulistana que chamam o mesmo território de Jardim Pantanal.

O Jardim Pantanal é Área de Proteção Ambiental (APA) da várzea do rio Tietê, ao mesmo tempo, trata-se de áreas ocupadas densamente por moradias de população de baixa renda, que foram expulsas do centro da cidade pelos altos preços de aluguéis, contribuindo para a expansão urbana que nas últimas décadas inflam as periferias da metrópole paulista. Segundo o MULP reside hoje no Jardim Pantanal em torno de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) famílias, totalizando cerca de 20.000 (vinte mil) habitantes.

HAESBAERT (2007) acredita ainda que a partir da concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Segundo HAESBAERT (1997), território:

[...] envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, podemos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. [...] (HAESBAERT, 1997, p.42).

Podemos afirmar que há um sentimento de pertencimento entre os ocupantes do Jardim Pantanal, pois existem laços construídos historicamente que ligam os moradores do Jardim Pantanal ao território que eles instituem e assim designam, em uma dimensão simbólica e cultural.

Existe também a necessidade de apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, feita pelo Estado de São Paulo na região do Jardim Pantanal através do projeto do Parque Linear Várzeas do Tietê, que deslocou em 2009, segundo dados da Secretaria de Habitação, 3.753 famílias que receberam auxílio-moradia ao longo de um ano. Sendo

assim, o conflito entre o MULP e o Estado se estabelece porque existem projetos diferentes de territorialização envolvendo o que o MULP designa como Jardim Pantanal.

A população não aceitou a bolsa aluguel como proposta feita pelo governo para retirada da população do Jardim Pantanal. A população protestou e exigiu a substituição de casa por casa, mas por não conseguir esta demanda, o MULP decidiu ocupar uma área que seria o local de construção de casas para a população expulsa do Jardim Pantanal, o objetivo era pressionar a construção dessas casas. Apesar do esforço o MULP foi despejado desta ocupação urbana pela prefeitura de São Paulo e não recebeu as casas prometidas pelo governo.

Esse processo descrito acima foi o pivô do processo de intensificação do fortalecimento/enfraquecimento da identidade do MULP relacionada diretamente à capacidade de mobilização popular do MULP no enfrentamento das políticas públicas habitacionais do Estado.

Para compreendermos a identidade coletiva construída pelo MULP, é necessário levar em consideração a sua relação direta com o território, como afirma ARAUJO (2007):

[...] É fundamental à abordagem desse domínio problemático ter em conta que identidades que explicitam territórios em suas modalidades e formas de positivação (corresponde ao que HAESBAERT (1997) designa como “identidade territorialmente mediada”), instituem-se no mesmo processo interdiscursivo em que é constituído o território a que se referem. Há nesse caso, portanto, uma ligação inextricável entre a construção da identidade e a do território associado; a afirmação da diferença identitária como inexoravelmente vinculada a da diferença territorial e vice versa. [...] A inextricabilidade considerada permite que cada uma dessas conjunções possa ser pensada como um domínio próprio e singular, cujo conteúdo não corresponde à simples adição das especificidades dos respectivos tópicos signícos identitários e territoriais, mas a uma operação de síntese dialética. [...] (ARAUJO, 2007, p.30 e 31).

Essa ligação inextricável entre a construção da identidade e o território associado explicita-se, aqui, através da relação direta entre a identidade do MULP e o território chamado pelos moradores de Jardim Pantanal.

A identidade do MULP possui uma filiação inerente ao território Jardim Pantanal instituído pelo próprio movimento, e foi ativada em diferentes momentos como instrumento de reivindicação política em conflitos com as políticas estatais concernentes. O território é um elemento de fundamental importância para a identidade do MULP.

Para analisar a identidade do MULP e sua relação com o território, partiremos da carta de princípios distribuída por militantes antigos aos mais novos que ingressam no movimento, acreditando que poderemos, desta forma, sistematizar os principais aspectos constituintes da identidade do MULP que se relaciona diretamente com sua práxis, entendida enquanto conjunto das atividades práticas por meio do qual os homens constroem seu mundo.

[...] CARTA DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO PANTANAL DA ZONALESTE (MULP)

O que é? – MULP é um movimento popular e constitui-se da ação integrada dos moradores do Pantanal da zona leste;

Papel do MULP (justificativa) – Busca a legalização e urbanização do Pantanal da zona leste, como também o apoio a programas e atividades que visem o desenvolvimento da comunidade tanto no âmbito individual como

no coletivo; abrindo caminhos para o desenvolvimento social, cultural e político transformando e conscientizando homens e mulheres para uma sociedade igualitária;

O MULP e a Comunidade– É uma parte organizada da comunidade, atua nela e é dirigida por ela, seja através dos representantes de ruas, comissões, conselho e assembleias;

Valores– Respeito à vida, ao bem estar, a relação democrática, a liberdade, a solidariedade, a união e a responsabilidade ética em relação à comunidade, são valores que norteiam toda ação do MULP;

Compromisso geral de todas as pessoas envolvidas– Atuar de forma coletiva ou individual, visando o bem comum de toda à comunidade;

Sobre o Conselheiro– entendemos por conselheiro do MULP, aquele cidadão morador do Pantanal da zona leste que se identifique com os princípios e ações do MULP e deseja assumir o compromisso de promovê-lo;

Princípios dos conselheiros do MULP:

- 1- Será decidido pelo conselho do MULP, os assuntos que dizem respeito à comunidade e o MULP;
- 2- Se atualizar através dos fóruns, reuniões e grupos de estudo, possibilitando a sua comunicação entre os demais membros;
- 3- Demonstrar clareza junto à comunidade, e capacidade de compor e promover sua articulação, proporcionando assistência a diversas atividades e programas que ocorram, mediante a disponibilidade de cada um dos membros;
- 4- Os membros deverão promover o respeito para com as diferenças, e solidariedade para o bem estar da comunidade;
- 5- Trazer todo tipo de informação de interesse da comunidade e do MULP para ser avaliados e votados em reunião;
- 6- Que interesses comunitários não sejam desvirtuados, em funções de interesses pessoais;
- 7- Não acreditar no populismo nem no paternalismo, como solução para os problemas, e sim, no povo com a participação consciente;
- 8- Independência partidária no âmbito interno e nas discussões representativas de posição do MULP [...] (MULP).

Analisando a referida carta, observamos diversos elementos identitários. Para sistematizar esses elementos identitários, listaremos abaixo, em três tópicos, os elementos principais da identidade do MULP:

a) pertencer a um determinado conjunto da população que luta por melhorias urbanas: O MULP é uma parte organizada da comunidade (atua nela e é dirigida por ela, através dos representantes de ruas, comissões, conselho e assembleias) que se organiza para lutar por melhorias urbanas como a legalização e urbanização da comunidade. Além disso, lutam pelo desenvolvimento da comunidade tanto no âmbito individual como no coletivo.

b) viver em um território geográfico determinado pela questão de classe: O MULP constitui-se através de todas as famílias moradoras do Jardim Pantanal na Zona Leste de São Paulo que participam das reuniões. Esse território Jardim Pantanal determina a questão de classe por ser um local habitado por uma população trabalhadora que não possui meios de produção.

c) assumir dois valores ético-políticos centrais como a democracia direta e a emancipação dos trabalhadores: Existe um desejo do MULP em enfatizar novas práticas políticas horizontais (democracia participativa direta através de assembleias, respeitando as diferenças entre os seus membros) que estimulem a autonomia do movimento social e a consciência do povo. Essas novas práticas devem ser construídas pela militância da comunidade associada ao ideal de emancipação dos trabalhadores, transformando e conscientizando homens e mulheres a almejem uma sociedade igualitária que garanta o respeito à vida, ao bem estar, à liberdade, à solidariedade, à união e à responsabilidade ética em relação à comunidade.

Considerando o conceito de identidade como dizendo respeito a partilhas de valor, entendendo “partilha” de valor como um processo consciente e voluntário, pode-se dizer, fazendo uma analogia com as situações “em si” e “para si” supostas por Marx às classes sociais, que a identidade do MULP se constitui sempre com o caráter de identidade “para si”, ou seja, de forma consciente e voluntária.

Refletindo sobre a identidade nos domínios das esferas ético-política, estética e do saber, podemos considerar que a identidade do MULP, é algo que se especifica dentro do domínio ético-político com um ideal de emancipação dos trabalhadores e de democracia direta; na esfera estética apresenta-se através da valorização de símbolos como as bandeiras dos movimentos; no domínio do saber destaca-se através valorização do saber local, que constrói e democratiza o conhecimento na prática do dia-a-dia, ou seja, o saber prático de se viver em meio às dificuldades e transformá-las em incentivo para a luta por mudanças sociais.

Os militantes do MULP afirmaram muitas vezes nas entrevistas que passaram a se valorizar mais depois que entraram para o movimento social, passaram a perceber sua importância social e a partir daí começaram a mudar positivamente, aumentando sua autoestima.

O movimento, desse modo, passa a ser uma marca importante na vida desses trabalhadores, que afirmaram que suas vidas são divididas em antes e depois da militância no movimento social, valorizando o depois como um despertar de consciência, que proporcionou ver o mundo de forma muito diferente, de forma mais crítica.

Antes, os moradores do Jardim Pantanal olhavam o mundo de forma submissa, como se não pudessem alterar os rumos das suas vidas, porém, após entrarem no MULP, passaram a se enxergar como protagonistas do processo político e histórico.

A educação não formal gera aprendizagens cotidianas que formam a cultura popular. São racionalidades predominantemente presentes no campo das experiências de participação em lutas em movimentos sociais, como as lutas desenvolvidas pelo MULP. A experiência é coletiva e o aprendizado dá-se a partir do coletivo.

A identidade do MULP é fruto da sistematização destas experiências, por isso expressa valores e confere um sentimento de pertencimento à população do local. A identidade do MULP sintetiza o ideal de transformação social de parte da comunidade organizada.

O MULP contribuiu decisivamente para organizar e conscientizar os moradores do Jardim Pantanal, apresentando suas demandas através da mobilização popular utilizando-se da via prática de pressão sobre o Estado através das manifestações públicas. Além disso, o sentimento de pertencimento criado pela identidade do MULP permanece válido para seus militantes, que continuam fazendo resistência popular através do movimento social reivindicativo. Este sentimento de pertencimento da identidade do MULP traz dentro de si uma nova sociabilidade humana que aponta para uma sociedade mais justa e fraterna.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F; NADER, G; OLIVEIRA, D. Modernidade e pós-modernidade: questões sobre as identidades culturais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v.3.

ARAÚJO, Frederico. Identidade e Território enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, Frederico; HAESBAERTH, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988. Equipe de trad. PUCCAMP.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOVIMENTO POR URBANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO PANTANAL. **Carta de princípios do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP)**. São Paulo, mai. 2011. Disponível em: <<http://cursinhomulp.files.wordpress.com/2011/05/carta-de-princc3adpios-do-mulp.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

RODRIGUES, Evaniza. A gente não constrói só casa. **You Tube**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=9Wf6-0c7lcs&feature=youtu.be>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SILVA, Marzeni Pereira da; SOUSA, Ronaldo Delfino de. **Discursos em entrevistas realizadas por Luciano da Silva Barboza**, São Paulo, 28 de Jul. 2011.

THOMPSON, E. **A miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOURAINÉ, A. **Pourrons-nous vivre ensemble?** – Egaux et différents. Amazon.fr: Éditions Fayard, mar. 1997.

TOURAINÉ, A. **O Retorno do Actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.